



## C A P Í T U L O 8

# ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA EM CUIABÁ, MATO GROSSO (1946-1947)

**Gabriella Moura da Silva Bergamin**  
(UNEMAT)  
gabriella.moura@unemat.br

### APRESENTAÇÃO

A pesquisa que apresento a vocês queridas/os leitoras/es parte da investigação sobre a Escola Doméstica Dona Júlia (EDDJ) – Cuiabá-MT (1946-1946). Para esse estudo em específico abordamos o processo da inauguração da EDDJ e os objetivos da instituição para a formação das mulheres em Cuiabá- MT. Parte desses escritos foram publicados no ano de 2021 pela revista Horizontes Históricos. Desse modo, a pesquisa se desenvolve no âmbito das instituições escolares e na história da educação das mulheres.

A EDDJ foi idealizada por mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá - MT. Essas mulheres eram jovens normalistas, esposas de políticos, mulheres que frequentavam espaços de prestígios na sociedade cuiabana. As discussões para a implementação da EDDJ iniciaram muitos anos antes da inauguração, aproximadamente nos anos de 1916, quando foi criado o Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida - GLJLA, que era liderado por essas mulheres.

No âmbito do GLJLA eram discutidos assuntos femininos, literários, e relacionados à educação para mulheres. Uma das ideias estipuladas por elas era criar uma revista que pudesse tornar públicas as ideias estabelecidas pelo núcleo do GLJLA. De acordo com o previsto no estatuto do GLJLA, a agremiação tinha como principal intuito “[...] promover o desenvolvimento intelectual das suas associadas, por meio de conferências, discussões de teses, sobre assuntos cívicos, morais e instrutivos [...] manter uma revista de publicação bimensal [...]”. (A violeta, 1918, p. 9).

Como sugerido pelo GLJLA, logo inauguraram a revista *A Violeta*. A partir de dezembro de 1916, mesmo ano da criação do GLJLA, a revista passou a divulgar por toda Cuiabá, as discussões no âmbito do GLJLA. A revista contou com várias

editoras e escritoras, que publicavam seus escritos de diversos assuntos nas páginas de *A Violeta*.

Uma das discussões frequentes, que estavam publicadas na revista *A Violeta*, era sobre a formação das mulheres em Cuiabá. Essas ideias advinham das mulheres membros do GLJLA, principalmente pela professora Maria Dimpina Lobo Duarte, que por vezes escreveu para revista *A Violeta* e reivindicou dos poderes públicos a implementação de uma escola Doméstica em Cuiabá. A professora Maria Dimpina, de acordo com Nadaf (1993, p. 60), “[...] assinou sua produção na revista com pseudônimos Arinapi e Marta, com as iniciais do seu nome, M.D., e com seu nome completo”.

Maria Dimpina efetivamente lutou pela criação da instituição e pela formação feminina. Periodicamente, publicou em “*A Crônica*”, coluna de primeira página de *A Violeta*, que esteve presente na revista em praticamente todas as edições ao longo de 34 anos. Grande parte dos textos sobre a necessidade dessa instituição apresentados em *A Violeta* eram de autoria de Maria Dimpina, vez ou outra, de outras redatoras. Desde então, houve planejamentos e projetos para a implementação da Escola Doméstica na Capital do estado. Porém, somente foram concretizadas essas ideias em 1946 com a criação da EDDJ.

Essas primeiras informações que adquirimos sobre a EDDJ nos levaram a inúmeros questionamentos, como, por exemplo: Quais os motivos de criar uma escola de formação das mulheres em Cuiabá? Quais eram os objetivos com essa instituição? Tais questões nos moveram e fizeram com que pesquisássemos mais sobre a história dessa instituição e seus objetivos para a educação das mulheres.

A trajetória de busca por documentos sobre a EDDJ, não foi fácil. Perrot (2007, p. 20) já nos alertava que a pesquisa por fontes documentais sobre as mulheres perpassava por caminhos sinuosos, pois, para que possamos escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. “[...] E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios [...]”. Munidas do aporte teórico enveredamos pelo caminho das fontes, em busca contínua e incessante, como caçadoras/pesquisadoras nos apoiamos em pequenos vestígios, rastros e pegadas deixadas ao longo da história da EDDJ.

Carlo Ginzburg (1989, p. 152) afirmou que o homem foi caçador de histórias e que “[...] teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa [...]”. Assim, ao tentarmos analisar as fontes, o autor nos ensina a procurar nos documentos ‘pistas mudas’, isto é, buscar detalhes que não são vistos em uma primeira leitura.

Nesse contexto, no qual o caçador cria estratégias para alcançar a presa, buscamos meios de pesquisa que pudessem nos indicar os caminhos para o encontro com as fontes. As inquietações foram constantes em relação à história dessa instituição. Desse modo, munidas dos aportes teóricos e metodológicos, avançamos em busca das fontes documentais.

Percorremos vários arquivos físicos e *on-line*. Dirigimo-nos aos arquivos Públicos de Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso - APMT; Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – IMAL e Núcleo de Documentação e Informação Histórica regional da UFMT- NDIHR, onde encontramos documentos pertinentes a EDDJ. Documentos recolhidos, passamos a analisar cada vestígio deixado nos documentos, marcas de um período distante. Como pesquisadora, analisei os pormenores da fonte e retirei dela o que de fato foi importante para a pesquisa. Os documentos são relíquias de um tempo, esses importantes relatos escritos testemunharam os caminhos percorridos para a inauguração da EDDJ, bem como, os objetivos para a formação feminina na EDDJ.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 26 de novembro de 1946, inaugurou na capital de Mato Grosso, a EDDJ. Finalmente foi fundada uma escola destinada, exclusivamente, ao sexo feminino: a Escola Doméstica Dona Júlia – EDDJ, também nomeada em homenagem à romancista carioca Júlia Lopes de Almeida<sup>1</sup>. A inauguração da instituição representava a realização dos ideais das mulheres do grêmio literário Julia Lopes de Almeida, em especial, de Maria Dimpina que por vezes se dedicou e escreveu para a revista *A Violeta* reivindicando uma escola Doméstica em Cuiabá. Maria Dimpina tornou-se diretora da instituição tomando conta de toda questão administrativa da instituição, e, na parte pedagógica, assumiu aulas na instituição.

A sessão inaugural da escola foi publicada pela imprensa local e constatada pela redação do jornal *O Estado de Mato Grosso* (1946, p. 1), descrevendo que na inauguração da EDDJ houve “[...] grande interesse em nosso meio, vendo-se presentes ao ocorrido ato, além das pessoas mais representativas do nosso mundo social, o Exmo. Sr. Interventor Federal e demais altas autoridades estaduais e federais”. A notícia confirmou que houve significativa movimentação na inauguração da instituição.

Ao desatar a fita que dava acesso à cozinha, o Interventor Federal José Marcelo Moreira oficializou a inauguração da instituição e proferiu “[...] não vos admireis,

<sup>1</sup> Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e autora de livros. Quando começou sua longa carreira de mais de quarenta anos como jornalista e escritora, ainda encontrou grande oposição, mas foi adquirindo renome e prestígio. [...] Em suas crônicas, fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de flores, assim como fizera a defesa da abolição e da república (Telles, 2018, p. 435).

Snrs, o porquê deste meu gosto. A cozinha deve ser o salão de honra da mulher, queremos elevá-la em Cuiabá à altura que ela merece [...]” (Dimpina, 1946b, p. 5).

Chama atenção o ato conduzido pelo interventor que simbolizava, portanto, os espaços nos quais a mulher estava apta a atuar. Parece-nos que sua fala partia do pressuposto de que o homem era o provedor dos lares e que, portanto, ocupava os espaços públicos e outros de poder. Para além disso, claro está o estabelecimento do distanciamento entre homens e mulheres, representado pelo ato de indicação do lugar destinado às mulheres, evidenciado a manutenção das normas sociais em vigor na época, isto é, uma sociedade patriarcal e conservadora, à qual convinha que a mulher continuasse nos espaços do lar, ou no máximo atuando em profissões condizentes com o “natural feminino”.

Essa concepção encontra apoio nos estudos de Perrot (2007, p. 136), que descreveu o receio de “[...] mulheres em público, as mulheres em movimento”. Para ela, a movimentação feminina causava espanto e desordem na sociedade, desse modo, o conservadorismo buscava contê-las em espaços privados como o lar, os conventos, os abrigos, as cozinhas. Outra análise possível a respeito da presença do interventor na inauguração é que a presença masculina representava uma parceria com o estado, com a finalidade de captar recursos e apoio para que a instituição fosse aceita pelas autoridades e mesmo pela população feminina cuiabana.

O prédio no qual foi inaugurada a EDDJ foi doado à instituição em 1945. Maria de Arruda Müller, presidente da Legião Brasileira de Assistência, salientou que a comissão estadual da LBA “[...] comprou a Casa à Rua Pedro Celestino [...] para a instalação da Escola Doméstica, já desaparecida”. (Müller, 1994, p. 166).

Conjecturamos que Maria de Arruda Müller, como presidente da LBA, sócia do GLJLA e também esposa do Interventor Federal Júlio Müller do período, tenha sido uma importante influenciadora nos recursos enviados à EDDJ, em especial, com a doação do prédio onde funcionou a instituição, isto porque “[...] a pessoa que poderia conseguir donativos, por ter se casado com um político eminente, Interventor do Estado de Mato Grosso, Sr. Júlio Müller, é exatamente Maria Müller [...]”. (Costa, 2016, p. 166). Havia, portanto, intrínseca relação estabelecida entre Müller e a EDDJ.

Em 1945, o interventor de Mato Grosso era Júlio Müller, esposo de Maria de Arruda Müller, que apoiou sobremaneira o GLJLA e as reformas da casa doada para o funcionamento da EDDJ. Conforme salientou Dimpina (1946a, p. 13), o “[...] Bacharel Júlio Müller que como interventor e amigo da instituição mandou fazer eficiente adaptação e conserto da Casa [...]”. Tal casa foi sede da EDDJ no ano seguinte, em 1946.

## DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA – ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA: “PREPARADORA DE SERVIÇOS”

A Escola Doméstica inaugurada partia dos interesses de mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, sócias do GLJLA e, principalmente de Maria Dimpina, que participou ativamente de todos os processos de implementação da instituição. Para ela, não havia nada de mais útil para a mulher do que a formação doméstica, “[...] o que pode haver de mais útil ou mais proveitoso que as instruir nessa ciência, [...] a educação da mulher para aquilo que ela sempre tem necessidade de ser – a dona de casa?” (Arinapi, 1919, p. 1). Ou seja, independentemente da posição social ou do trabalho fora do lar do qual se ocupe, a mulher deveria ser dona de casa ou, ainda, compreender quais eram suas responsabilidades perante a casa.

Muitas mulheres passaram a ocupar outros espaços, que não o doméstico. Porém, o lar continuava sendo responsabilidade feminina e caberia a elas a escolha de uma mulher para trabalhar em seus lares. Desse modo, as mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá planejaram e organizaram uma instituição doméstica para a formação da mão de obra doméstica, onde iriam adquirir a formação adequada para atuar em suas casas.

A maioria das mulheres do GLJLA eram funcionárias públicas e, portanto, necessitavam de ajudantes para o serviço doméstico. Contudo, em publicações da revista *A Violeta*, Arinapi salientou que o despreparo era uma razão para a falta de doméstica: “[...] está provado porque há deficiência de pessoal para os serviços domésticos: o motivo é porque, encontrando dificuldades para fazer, os fazem de má vontade [...]” (Arinapi, 1930, p. 3). Pela ótica de Dimpina, as mulheres que apareciam para os trabalhos não tinham o preparo adequado aos costumes preconizados por essas mulheres, e por esse motivo, precisavam formar-se.

Desse modo, educá-las aos moldes dessa população abastada era a solução adequada, como Dimpina expôs claramente em uma das publicações. Para ela, a formação da mão de obra doméstica era “[...] um clamor geral de todas. E para atender a esse clamor que D. Maria Muller, a exemplo de D. Darcí Vargas, servindo-se da Legião Brasileira criará em breve a Escola para a formação doméstica da mulher”. (Dimpina, 1945, p. 3). Dimpina, como vemos, representava os ideais de uma parcela de mulheres das famílias tradicionais de Cuiabá que compartilhavam dos mesmos interesses, ou seja, a formação adequada para as domésticas.

Essas mulheres membros do GLJLA exerciam algumas funções públicas, como professoras, funcionárias públicas, esposas de políticos. Como, por exemplo, Maria de Arruda Müller, que era esposa do Interventor Federal Júlio Strinberg Müller, Maria Dimpina que era funcionária pública em Cuiabá, ou seja, eram representantes de famílias influentes de Cuiabá e, de certo modo, influenciavam e ditavam as normas

para as mulheres cuiabanas. Essas mulheres também precisavam de outras mulheres que trabalhassem em sua casa como domésticas e que tivessem uma “formação adequada”, consoante os padrões que estipulava. Portanto, trataram de fundar uma escola que preparasse mulheres para os trabalhos também em suas próprias casas.

Os interesses de Dimpina com a formação da mão de obra doméstica eram óbvios. Para ela, havia falta de profissionais adequadas para o serviço doméstico, como apontado por Freire, “[...] apareciam as ajudantes, porém sem nenhum preparo para dominar, com sabedoria, os serviços aos quais se propunham. A partir dessa realidade fundou a Escola Doméstica [...]”. (Freire, 1999, p. 172).

A EDDJ, desse modo, formaria a “doméstica perfeita” que trabalharia para essas mulheres. A escola se responsabilizou, como ponderou Freire (1999), por ensinar as mulheres para “[...] trabalhar com economia, qualidade rara no profissional dessa área; ensinava boas maneiras no trato, assiduidade, pontualidade, asseio consigo e no serviço, respeito aos patrões [...]”. Compreendemos, portanto, que a EDDJ seguia os modelos de uma educação de sua época, já que a educação, em determinados contextos históricos, foi instrumentalizada para reforçar papéis sociais subalternos atribuídos às mulheres, em especial às trabalhadoras domésticas. Assim ao “ensinar boas maneiras”, pontualidade e obediência, a escola não se limitava a mediar conteúdos, mas atuava como agente de disciplinamento e manutenção das hierarquias de classe e gênero.

As trabalhadoras do povo, especialmente as mulheres pobres e empregadas domésticas, eram frequentemente estigmatizadas como “[...] profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas [...]” (Rago, 2018, p. 589). Essa percepção revela uma hierarquização de saberes e competências baseada em classe social, que legitimava práticas excludentes e discriminatórias. Tal concepção dialoga com a lógica defendida pelas integrantes do GLJLA, para quem as mulheres populares careciam de formação adequada para os afazeres domésticos, sendo vistas, inclusive, como incapazes de gerenciar seus próprios lares. Essa visão reforçava a necessidade, segundo elas, de um processo educativo voltado à normatização dos comportamentos femininos, em consonância com valores elitistas e patriarcais..

Dimpina (1945, p. 2) expressou claramente que as domésticas precisavam de formação adequada, pois havia uma incerteza “[...] da conduta moral daquela que deve substituir em casa a dona que se ausenta [...]”. Há de se destacar a desconfiança em relação à conduta dessas mulheres, essa incerteza sobre a conduta das domésticas era muito comum no período, não pelo fato de haver furto em suas residências, mas pela recorrente situação que as domésticas enfrentavam de abusos sexuais e morais de seus patrões, e ainda assim era delas a má conduta.

Muito embora a população feminina dedicasse suas vidas aos trabalhos braçais, como empregadas domésticas, eram vistas como pessoas propícias à degeneração moral, ou seja, “[...] a empregada doméstica e as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e prostituição [...]”. (Rago, 2018, p. 589). Enfim pela ótica das mulheres abastadas, a escolha de uma doméstica deveria ser cautelosa, pois uma doméstica poderia ser uma ameaça para suas famílias.

De fato, as ideias de Dimpina para a formação da mão de obra doméstica incluía uma educação das mulheres para torná-las condizentes com essa moral e boa conduta esperadas, uma vez que prevalecia a ideia de que era “[...] entre as classes desafortunadas que se deve proporcionar tal educação, pois que é dela que sai o grosso das prostitutas: são as operárias, modistas, etc. que contribuem maiormente para classe das meretrizes”. (Rago, 2018, p. 589).

Na EDDJ, portanto, as moças seriam educadas de maneira apropriada, coerente com as condutas esperadas pelas mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá. As mulheres ali formadas seriam as empregadas educadas e instruídas para os afazeres domésticos nas casas de tais famílias.

Com a ideia de reforçar os princípios norteadores da EDDJ, Dimpina publicou a proposta da instituição na coluna “A Crônica” de *A Violeta*, que estava dividida em dois princípios. O primeiro era de uma “[...] escola doméstica e o preparo de domésticas”. Nessa divisão, Dimpina (1943, p. 2) assegurou que “[...] o primeiro refere-se à dona-de-casa, rica ou pobre, a quem devem ser dados conhecimentos teóricos e práticos de enfermagem, culinária, puericultura, tudo, enfim, que for preciso para que ela faça do lar o ambiente feliz sob sua direção eficaz [...]”.

Conforme o primeiro princípio, havia moças que buscavam os conhecimentos do lar para sua própria formação, ou seja, não precisariam atuar como doméstica, mas ao se matricularem na EDDJ, buscavam aprender para serem administradoras de seus lares, administrarem os afazeres e ensinar suas domésticas, isto é, o ensino doméstico para essas moças “[...] era o adestramento para o lado prático e provável da vida”. (Dimpina, 1950, p. 2). Chamou-nos a atenção a palavra “adestramento” utilizada por Dimpina. Para ela, as moças deveriam ser domesticadas, treinadas como desejavam as gestoras da EDDJ.

O segundo princípio referia-se ao preparo das domésticas para os serviços exclusivamente do lar, como é possível observar nas palavras de Maria Dimpina: “[...] se para o primeiro há necessidade incontestável de uma instalação dispendiosa, o preparo de domésticas se liga de tal forma ao serviço de assistência escolar e hospitalar que eles se completam [...]”. (Dimpina, 1943, p. 2).

Desse modo, podemos inferir que a escola de ensino doméstico em Cuiabá se constituiu de forma distinta e, por vezes, com a segregação de estudantes. Assim, parte das alunas seriam formadas para servir como domésticas nas casas das famílias mais ricas, ou seja, parte das alunas eram mulheres a serem adestradas. Outras moças seriam formadas para compreender como organizar um lar, comandar suas tarefas domésticas, ou seja, uma formação para as moças das classes mais abastadas. Como pudemos comprovar, a EDDJ não se dedicou a uma formação emancipadora e intelectual das domésticas, mas moldou-se por um modelo de ensino conservador, embasado nas concepções das próprias mulheres que dirigiam-na e nela ministravam aulas.

O programa de ensino do curso doméstico buscava atender aos objetivos de suas gestoras, ou seja, conhecimento especializado para formação de mão de obra doméstica. “[...] A nossa escola, tal como a idealizamos e como pretendemos que seja, não será apenas de aulas práticas de culinária e serviços domésticos, mas como uma preparadora de serviçais para serem mais tarde operárias assalariadas [...]”. (Dimpina, 1946a, p. 12). Uma formação que pudesse servir também para profissionalizá-las nos serviços domésticos.

A EDDJ foi vista pelas mulheres mais abastadas de Cuiabá como uma solução para esse problema da falta de mão de obra e, também, como solução para as moças ricas que precisavam dos conhecimentos domésticos para manutenção do lar. A escola em pouco tempo de discussão foi implementada, pois o proposto era educar as moças para atender às exigências das senhoras de Cuiabá, como salientado por Dimpina (1943, p. 3), para “[...] pôr fim na crise de mulheres para serviços domésticos; é este, o remédio para a salvação dessas moças que constituem para vós mesmos um trabalho insano de educação, vós que vos demorais longe do lar, ocupados em vossos afazeres cotidianos [...]”. O trabalho insano abria espaço para o ensino adequado da mão de obra, assim as mulheres que permaneciam tempos fora de seus lares não se preocupariam com a decência que o lar estava governado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta para esse estudo visou discutir sobre a criação da EDDJ e seus objetivos para a formação das mulheres. Ao longo de nossas discussões, buscas, análises das fontes e escrita dessa pesquisa, é possível compreender para quem estavam voltada as ideias de criar uma escola doméstica na capital de Mato Grosso.

Constatamos que os pressupostos da classe mais abastada de Cuiabá, em especial, as mulheres do GLJLA, dedicaram-se por anos na criação de tal instituição. Principalmente, a professora Maria Dimpina, que lutou e por vezes travou discussões em *A Violeta* para a implementação de uma escola doméstica. Dimpina foi a primeira diretora da instituição.

As mulheres do GLJLA, Maria de Arruda Muller e Maria Dimpina, eram mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, logo, comungavam dos mesmos interesses, em especial, o interesse de criar em Cuiabá uma escola que formasse a mão de obra doméstica que pudesse mais tarde trabalhar em suas próprias residências, pois trabalhando fora como funcionárias públicas, professoras ou por acompanhar seus esposos em eventos políticos, quem cuidaria dos seus lares?

Ainda que a instituição tenha demorado a ser inaugurada, notamos que ela de fato foi inaugurada na capital somente em 1946, quando Maria de Arruda Muller estava à frente da LBA e no ano anterior seu esposo era Interventor Federal em Mato Grosso. Isso nos leva a analisar que, a influência e o interesse mútuo de Maria de Arruda, pela EDDJ, foi importante para a efetivação da escola.

Concluimos que a escola foi construída para formar domésticas que se adequassem ao modelo burguês dessas famílias, que alegavam a falta de mão de obra qualificada para Cuiabá. É possível perceber ainda que as ideias estabelecidas por elas não se relacionavam a uma escola de educação para mulheres, em um sentido emancipatório, mas com um modelo específico de aulas para que as mulheres pudessem aprender tudo que o lar da burguesia exigia.

Essa escola não foi apenas uma ideia, mas um projeto articulado pelas classes mais abastadas para atender a essa classe, não era interessante e nem conivente para essa população formar pessoas que pudessem mais tarde ocupar outros espaços que não a classe trabalhadora como domésticas.

**Palavras-chave:** Educação feminina. História das mulheres. Escola doméstica.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Eliete Hugueney de Figueiredo. **Revista A Violeta:** a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Acesso em 18 de novembro de 2024. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19544>

FREIRE, Nilza Queiroz. **Maria Dimpina.** Revista do Instituto histórico e geográfico de MT – RIHGMT. Cuiabá, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

MÜLLER, Maria de Arruda. **Cuiabá ao Longo de 100 anos.** Cuiabá, 1994. NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o Signo de uma Flor.** Rio de Janeiro: Sattede, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Tradução: Angela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 578- 606.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 401-442.

## FONTES DOCUMENTAIS

### Periódicos

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de outubro de 1919. Ano III, Ed. nº 59. ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de abril de 1930. Ano XIV, Ed. nº 177. DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, julho de 1943. Ano XXVI, Ed. nº298.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, fev-Mar.de 1945. Ano XXVII, Ed. nº317-318.

DIMPINA, Maria. Escola Doméstica Dona Júlia: meus conterrâneos. **A Violeta**. Cuiabá, set-out, de 1946a. Ano XXVII, Ed. nº 335-336.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de novembro de 1946b. Ano XXVII, Ed. nº 337.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 31 de março de 1950. Ano XXVIII. Ed. nº

333. ESTATUTOS do Grêmio Literário. **A Violeta**. Cuiabá, 15 de abril, 1918. Ano II, Ed. nº30.

### Jornais

ESCOLA Doméstica. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1 de dezembro, 1946. Ano VII. Ed. nº 1.526. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher&pasta=ano%20194&pagfis=7210>

## SOBRE A AUTORA

Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus universitário de Juara/MT. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, campus universitário de Cuiabá/MT. Professora no curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus universitário de Juara/MT. Pesquisadora na área de história da educação; história das mulheres; mulheres no contexto rural. Coordenadora do Projeto de Extensão “Podpensar Podcast” na UNEMAT/Juara.